



### **Ata da 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.**

1 **Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte**, às nove horas e dez minutos,  
2 reuniram-se, por videoconferência através da plataforma “Google Hangouts Meet”, com  
3 transmissão ao vivo, em caráter extraordinário, os membros do Conselho Universitário  
4 sob a presidência do Magnífico Reitor, **Professor Jacques Antonio de Miranda**,  
5 contando com a participação do Vice-Reitor, **Professor Antonio Oliveira de Souza**, dos  
6 Pró-Reitores e/ou representantes: **Vanessa Godoy Kinoshita** (PROTIC), **Adma Kátia**  
7 **Lacerda Chaves** (PROGRAD), **Cláudio Reichert do Nascimento** (PROPGP), **Daniéla**  
8 **Cristina Calado** (PROEC), **Jaqueline Fritsch** (PROAD), **Thiago Ribeiro Rafagnin**  
9 (PROPGP) e **Luís Gustavo Henriques do Amaral** (PROPLAN); dos Diretores dos  
10 Centros: **Valdeilson Souza Braga** (CCET), **Bruno Motta Oliveira** (CMLEM), **Rafael**  
11 **da Conceição Simões** (CCBS), **Jairo Torres Magalhães Júnior** (CMBARRA), **Vera**  
12 **Regiane Brescovici Nunes** (CMSAMAVI) e **Rubio José Ferreira** (CEHU); dos  
13 Representantes Docentes dos Centros: **Elias Isler** (CCET), **Jorge Luís Oliveira Santos**  
14 (CMBJLAPA), **Rônei Rocha Barreto de Souza** (CMSAMAVI) e **Aurizângela Oliveira**  
15 **de Sousa** (CMLEM); dos Representantes dos Coordenadores dos Cursos de Graduação:  
16 **Uillian Trindade Oliveira** e **Edward Ferraz de Almeida Junior**; do Representante dos  
17 Técnico-Administrativos em Educação: **Makson Araujo Nunes**; e dos participantes  
18 Convidados: Representantes Discentes **Igorh Barbosa Neves Queiroz**, **Artur**  
19 **Magalhães de Brito**, **Giovanna Luzia de Araújo Caetano Barbosa**, **Paulo Fernando**  
20 **Rocha de Oliveira**, **Anderson Souza Barbosa**, **Jeferson Brito de Menezes**, **Carlana**  
21 **Faria Rocha**, **Stefane Souza de Moraes** e **Camylla Giovanna Rocha Pereira**; para  
22 tratarem da seguinte pauta: **1) Análise do relatório da comissão, designada pela**  
23 **Portaria CONSUNI nº 019/2020, de 10/06/2020, para elaboração da Proposta de**  
24 **plano de ação para o desenvolvimento de atividades fins desta universidade,**  
25 **Processo 23520.006351/2020-11, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda**  
26 **Chaves.** Havendo *quórum*, o **Magnífico Reitor e Presidente do CONSUNI, Professor**  
27 **Jacques Antonio de Miranda**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em  
28 Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.  
29 Deu início à reunião para tratar do **ponto de pauta único**. Registrou convite às  
30 representações estudantis, por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE),  
31 considerando o encerramento dos mandatos dos Representantes Discentes no CONSUNI,  
32 para darem suas contribuições ao Plano de Ação, e agradeceu à presença dos  
33 representantes. Esclareceu que o documento encaminhando pela comissão, designada



34 pela Portaria CONSUNI nº 019/2020, de 10/06/2020, trata de Proposta de plano de ação  
35 para o desenvolvimento de atividades fim desta universidade, e que todos os documentos  
36 estão apensados ao Processo 23520.006351/2020-11. Relatou que na última reunião foi  
37 realizada uma apresentação rápida do plano pela comissão, e que o mesmo foi tornado  
38 público para discussão pela comunidade Universitária. Que os Conselhos Diretores dos  
39 Centros e os Colegiados já estavam se reunindo para análise do documento e que algumas  
40 manifestações já haviam sido enviadas por alguns coletivos à comissão. Fez referência à  
41 minuta apresentada pela comissão, que será o ponto de partida para os debates e  
42 construção do documento final. Em seguida, passou a palavra à conselheira **Adma**  
43 **Lacerda, Presidente da Comissão**, para iniciar o processo de apresentação para fins de  
44 análise do relatório. A Conselheira enfatizou que era de entendimento da comissão que o  
45 documento elaborado serviria como norteador para que fosse moldado um entendimento  
46 que contemplasse as necessidades da Instituição. Que a comissão propôs um trabalho  
47 buscando o desenvolvimento de atividades que deem o suporte necessário para que as  
48 atividades fim fossem desenvolvidas. Informou que algumas unidades e coletivos haviam  
49 enviado suas contribuições ao documento, que também estão sendo consideradas na  
50 análise. Enfatizou que a comissão buscou tornar o documento o mais flexível possível,  
51 atendendo as regulamentações e considerando o momento atípico. Fez alguns  
52 esclarecimentos quanto aos motivos que levaram às proposições apresentadas,  
53 considerando a necessidade do estudante de se dedicar e acompanhar os componentes a  
54 serem cursados: carga horária, tempo de sete semanas para cada período suplementar,  
55 flexibilização de componentes dentro do ensino de pós-graduação, dentre outros. Em  
56 referência à dimensão da extensão, explanou a importância de assegurar a natureza da  
57 extensão assim como definido em resolução, e fazer com que as essas atividades estejam  
58 em funcionamento, sendo esse um momento de contato entre a comunidade externa e a  
59 Universidade, que, como agente de produção do conhecimento, se torna mais importante  
60 no processo de divulgação do conhecimento. Destacou ser primordial a atenção aos  
61 aspectos da formação e dos assuntos estudantis, que darão condição especial para que as  
62 atividades fins ocorram. Que o apoio e orientação tanto pedagógica quanto psicológica  
63 serão ferramentas para dar suporte aos estudantes, além da preocupação em verificar e  
64 dar condições de acesso à internet e equipamentos aos estudantes que não possuem esses  
65 recursos. O conselheiro **Cláudio Reichert**, membro da comissão, relatou que foram  
66 realizadas reuniões com a participação dos diretores dos centros, coordenadores e técnico-  
67 administrativos, que dão suporte aos programas de pós-graduação, onde foram discutidos  
68 aspectos importantes para os estudantes que estão próximos a concluírem seus cursos.  
69 Que construíram debates em torno da discussão sobre formação docente para aulas



70 remotas, suporte físico para gravação das aulas, possibilidades de ministração de  
71 componentes de forma condensada e outras questões peculiares que devem ser levadas  
72 em conta no ensino de pós-graduação. Com a palavra, o conselheiro **Tony Almeida** fez  
73 alguns destaques quanto as proposições do documento. Consultou como seria o acesso à  
74 biblioteca digital, citado no plano, e pediu esclarecimentos de como vai se dar a  
75 acessibilidade da conectividade para aos discentes: em qual momento, risco de começar  
76 o ensino remoto e não ter havido o processo de inclusão. Questionou, ainda, como seria  
77 creditado o trabalho desenvolvido pelos docentes durante o ensino remoto, materiais a  
78 serem utilizados nas aulas e cursos de preparação/capacitação. O conselheiro **Rônei**  
79 **Rocha** informou que, em reunião entre os docentes de Santa Maria da Vitória, foi  
80 construído um documento com a abordagem de pontos para o desenvolvimento dos  
81 trabalhos remotos e passou à leitura do documento que, em síntese, abordou os temas:  
82 condições para o trabalho docente, falta de acesso a internet de qualidade, tanto para os  
83 docentes quanto para os estudantes, capacitação para os servidores do campus para o  
84 trabalho remoto e acesso a equipamentos de TI para os estudantes. Na sequência, o  
85 conselheiro **Bruno Motta** relatou que o Conselho Diretor do CMLEM, após discussões,  
86 apresentou as seguintes contribuições ao documento apresentado pela comissão: sugestão  
87 de alteração calendário suplementar, com início previsto para 03/08/20, mudando para  
88 17/08/20. Esclareceu que os dias adiados poderiam ser compensados com os 10 dias  
89 letivos entre o calendário suplementar 1 e 2, transformando os dois períodos em período  
90 único, considerando a necessidade de prazo que os NDE's e colegiados de curso precisam  
91 para fazer levantamento dos componentes curriculares adequados à formação dos  
92 estudantes. Consultou como se daria a política de acessibilidade, pois mesmo com a  
93 disponibilização de chips de dados móveis, ainda existe o problema de muitos estudantes  
94 não terem equipamentos de TI adequados. Manifestou dúvida quanto às redações dos  
95 incisos VII e VIII do Art.8, pág. 78 do processo, e consultou se não seriam contraditórios.  
96 O conselheiro **Valdeilson Braga** fez alguns questionamentos acerca da implementação  
97 do plano de ação: como seria o acesso aos chips pelos estudantes, andamento da  
98 integralização de acervo bibliográfico entre as instituições, formação e capacitação dos  
99 docentes, como vai se dar o processo de avaliação para cada período suplementar, como  
100 será o controle de frequência, quais metodologias poderão ser apresentadas na graduação,  
101 se os componentes poderão ser apresentados em dois períodos e como será contabilizada  
102 a carga horária docente. O conselheiro **Jairo Torres** também manifestou algumas  
103 dúvidas quanto a aplicação da proposta: como será a participação dos TAE nos períodos  
104 suplementares, como vai ser disponibilizado o acervo digital, qual o número mínimo de  
105 estudantes por turma, como será a contabilização e obrigatoriedade de encargos docentes,



106 mecanismo de controle de frequência dos estudantes e qual percentual será exigido para  
107 momentos síncronos e assíncronos. Consultou, ainda, se seria possível flexibilizar o  
108 percentual de momentos síncronos e se os componentes curriculares poderiam ser  
109 ofertados para todos os estudantes da UFOB e não especificamente por centro. O  
110 conselheiro **Rubio Ferreira** informou que o CEHU já havia começado a análise do  
111 documento e que após compilarem os entendimentos encaminharão à comissão. O  
112 conselheiro Rafael Simões mencionou que o CCBS havia iniciado a verificação da  
113 possibilidade de desenvolvimento de atividades e disciplinas remotas junto aos  
114 colegiados e NDE's. Manifestou preocupação quantos às atividades de estágio,  
115 principalmente para os concluintes. Mencionou, também, preocupação quanto à  
116 creditação dos encargos docentes. A conselheira **Vera Nunes** compartilhou das  
117 preocupações dos demais conselheiros e consultou qual seria o método adotado para o  
118 retorno das aulas para os componentes práticos. O **Presidente do Conselho** agradeceu a  
119 participação de todos e pelos apontamentos e questionamentos, pontos fundamentais para  
120 reflexão em relação à qual é o papel da Instituição e do Conselho. Esclareceu que a  
121 maioria dos questionamentos apontados demandam ação direta do CONSUNI, visto que  
122 o período suplementar se distingue profundamente da realidade com a qual trabalhamos.  
123 Que o número de semanas proposto está relacionado às particularidades do cenário, o que  
124 não impede que seja revisto. No que se referia ao desenvolvimento das atividades e a  
125 relação que essas têm com as carreiras docentes, esclareceu se tratar de um ano atípico e  
126 que deveria ser debatido com todos os seus efeitos e particularidades. Relatou que a  
127 proposição da RNP é de acesso a um pacote de dados, que é favorável para ampliação do  
128 processo de inclusão digital, e que o pacote de dados não deve ser limitado ao conceito  
129 de tecnologia da informação e comunicação, pois existem diversos outros  
130 aspectos/elementos que precisam ser considerados. Constatou que a proposta do plano de  
131 ação traz uma retomada gradativa das atividades, que pressupõe um certo grau de  
132 flexibilidade, que permite espaço para o docente que precisa de tempo maior de  
133 maturação e preparação para dar sua contribuição. Mencionou que a Instituição estuda  
134 uma maneira de compartilhar equipamentos, mas dentro de questões de segurança que  
135 precisam ser observadas. No que diz respeito à integralização curricular, os períodos são  
136 flexíveis para que o estudante que tenha interesse e tenha êxito possa solicitar o  
137 aproveitamento desses estudos para fins de integralização. Esclareceu que os incisos VII  
138 e VIII do Art. 8º não eram conflitantes, visto que um se refere à contabilização dos  
139 componentes cursados com aprovação para integralização da carga horário, enquanto o  
140 outro delimita que os períodos letivos suplementares não serão contabilizados para tempo  
141 máximo de integralização curricular. Com a palavra, a conselheira **Adma Lacerda**



142 inteirou que a proposição era para um calendário com dois períodos, mas a análise e  
143 ajustes ficariam a cargo do Conselho. Que a posição com dois períodos atende a proposta  
144 de acesso aos discentes e a flexibilização para os docentes, que poderão se programar  
145 para participação no primeiro ou segundo período. Que não seria possível fazer a oferta  
146 de componentes práticos de forma remota, pois demandam acompanhamento. Que seriam  
147 ofertados cursos de formação para o trabalho remoto tanto para servidores docentes como  
148 técnicos e cursos também aos discentes para ambientação às atividades remotas. Relatou  
149 que já existem propostas sendo analisadas acerca da disponibilização de acervo digital a  
150 estudantes e servidores e que já existem diversos bancos de dados de acervos digitais  
151 disponibilizando senhas de acesso a livros. Que a UFOB está pleiteando junto ao MEC a  
152 liberação de acervo digital, e que ainda não seria possível o uso das bibliotecas físicas,  
153 pois depende de plano de biossegurança da Universidade. Relatou que a PROGRAD irá  
154 disponibilizar cadernos orientadores tratando dos aspectos práticos do exercício do ensino  
155 remoto. Que a proposta é flexível quanto ao número mínimo de estudantes por  
156 turma/módulo, e que o número será definido pelo Conselho. Que as frequências serão  
157 contabilizadas para os momentos síncronos e que os momentos assíncronos terão a  
158 frequência contabilizada com a entrega das atividades. Preveniu que a proposta da  
159 comissão é de cinquenta minutos para as aulas síncronas, dependendo da carga horaria  
160 do componente curricular, e que estes possam ser momentos de debates, orientação e  
161 dialogo entre professor e estudantes, e que os momentos de atividades sejam nos  
162 momentos assíncronos. Afirmou que os docentes poderão ofertar componente curricular,  
163 cursos de formação complementar ou atividade curricular complementar, que terão  
164 contabilizações diferentes para cada tipo de componente ofertado. **O Senhor Presidente**  
165 enfatizou a importância de todas as categorias analisarem a proposta para a construção de  
166 entendimento que favoreça a todos. Com a palavra, o convidado, representante discente,  
167 **Anderson Barbosa**, demonstrou preocupação quanto a pouca participação estudantil nas  
168 consultas, o que já demonstra a grande dificuldade que os mesmos enfrentam para o  
169 acesso à tecnologia digital. Questionou a atuação da assistência estudantil durante o  
170 ensino remoto, e asseverou que seria responsabilidade do Conselho e da Universidade  
171 fornecer suporte tecnológico para proporcionar aos estudantes a realização das atividades  
172 de ensino. Sinalizou a importância da criação da cadeira de “assuntos estudantis” no  
173 Conselho, que poderá levar ao debate assuntos referentes à assistência e ao acesso dos  
174 estudantes ao melhor ensino. Manifestou apontamento feito pelos estudantes para que o  
175 período remoto não seja obrigatório aos mesmos, considerando que muitos terão  
176 problemas para o acesso às atividades. Em resposta, o **Presidente** esclareceu que o modelo  
177 que está sendo proposto no Art, 26, será para a pós-graduação, portanto a graduação não



178 está vinculada a esta obrigatoriedade. O conselheiro **Makson Araújo** parabenizou aos  
179 dirigentes pela iniciativa do diálogo com as categorias e informou que a categoria dos  
180 TAE estava se reunindo e preparando documento com contribuições que será  
181 encaminhado à comissão. Após discussão e reflexão dos Conselheiros, o **Presidente**  
182 lembrou que a instituição estava se preparando para o retorno das atividades presenciais  
183 assim que haja orientações sanitárias para isso. Porém, o trabalho e proposição de ações  
184 remotas era importante para a continuidade das atividades e manutenção do vínculo dos  
185 estudantes. Que acompanhar a localização dos estudantes é importante para o  
186 mapeamento da realidade dos discentes e dos municípios. Que será preciso que a  
187 Instituição se reinvente para atingir o maior quantitativo de pessoas. Reconheceu que  
188 dificilmente irão conseguir um instrumento que consiga atingir a todos, mas o momento  
189 era de trabalho colaborativo, na busca da transformação dos espaços da Universidade. Às  
190 doze horas e trinta minutos, o Presidente do Conselho, Professor Jacques Antonio de  
191 Miranda, encerrou a 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Universitário da  
192 Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu,  
193 Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavei a  
194 presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes, estando disponível na  
195 íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 30 de julho de 2020. Ata aprovada na 16ª  
196 Reunião Ordinária do Consuni, realizada no dia 03 de setembro de 2020.